



| | | |
|---------------------------|-----------------------------|--------------------------------|
| Veículo: O Liberal | | |
| Data: 27/03/2018 | Caderno: Atualidades | Página: 08 |
| Assunto: Resíduos | | |
| Tipo: Notícia | Ação: Espontânea | Classificação: Positiva |

CPI que investigará desastres em Barcarena foi protocolada na Câmara

BRASÍLIA

THIAGO VILARINS
Da Sucursal

Deputados membros da Comissão Externa de Rejeitos de Mineração em Barcarena protocolaram no início da noite de ontem, na secretaria geral da Câmara dos Deputados, pedido de abertura de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar e punir responsáveis pelo vazamento de rejeitos por parte de empresas de mineração no polo industrial localizado no Pará.

Em fevereiro último, Barcarena foi alvo de mais um vazamento de rejeitos de bauxita. Laudos do Instituto Evandro Chagas e do Instituto de Química Fina da Universidade Federal do Pará (UFPA) constataram níveis elevados de alumínio e chumbo em rios e igarapés utilizados pela população, supostamente decorrentes de vazamentos de tanques de rejeitos da Hydro Alunorte, do grupo norueguês Norsk Hydro.

Proponente da CPI, o deputado Arnaldo Jordy (PPS-PA) afirmou que a mineradora

tem sido recorrente em vazamentos - foram 11, desde 2009 - e que, apesar disso, nunca houve ressarcimento às comunidades locais e ao Estado pelas ocorrências que impactam o meio ambiente da região. Para Jordy, "estas empresas recebem isenções do governo federal e do governo do Estado. E essas isenções, em contrapartida, têm uma série de obrigações sociais e ambientais que não estão sendo cumpridas", justifica o parlamentar em seu pedido de abertura de CPI.

Após verificações de equipes técnicas, a empresa foi obrigada pela Secretaria de Meio Ambiente do Pará (Semas) a reduzir sua produção em 50%, além de uma multa de R\$ 20 milhões do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e o embargo do depósito de rejeitos 2.

Somente após a identificação de um terceiro ponto de despejo irregular, o presidente mundial da Hydro, Svein Richard Brandtzæg, divulgou um pedido público de desculpas, admitindo o descarte irregular de águas

pela empresa. O pedido de CPI, que recebeu 183 assinaturas, tem ainda como coautores os deputados Edmilson Rodrigues (PSOL), Elcione Barbalho (PMDB) e Delegado Éder Mauro (PSD), e para ser instalada, aguarda despacho do presidente da Câmara, Rodrigo Maia.

CONDUTA

O Ministério Público o enviou na última sexta-feira (23) à empresa Norsk Hydro proposta de termo de compromisso de ajustamento de conduta (TAC) para ações emergenciais que devem ser desenvolvidas, tendo em vista danos e riscos ligados às operações da refinaria de alumina Hydro Alunorte, em Barcarena, no nordeste do Pará. Os integrantes da força-tarefa do Ministério Público Federal (MPF) e Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) para o caso comunicaram à empresa que aguardam resposta a tempo de o termo ser assinado ainda nesta última semana de março. Em fevereiro, foi detectado o vazamento de efluentes da empresa, e a em-



presa admitiu publicamente que lançou efluentes não tratados no meio ambiente.

A proposta da força-tarefa prevê medidas para o atendimento emergencial às comunidades, para garantir a segurança das barragens e a segurança do processo produtivo, e para garantir a qualidade dos planos de ações emergenciais da empresa. O termo de compromisso de ajustamento de conduta proposto pela força-tarefa do MPPA e MPF não autoriza qualquer retomada de operação integral por parte da empresa e nem esgota a apuração de responsabilidades quanto à recomposição integral dos danos e riscos socioambientais, tanto na esfera cível quanto na criminal. Se a Hydro não aceitar assinar termo de ajustamento de conduta, o Ministério Público adotará as providências cabíveis. A íntegra do documento pode ser acessada aqui.